



Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384

Os trabalhadores do campo e o capitalismo no Brasil

Michel Goulart da Silva^I

Resumo: Discute-se neste ensaio o desenvolvimento do capitalismo no campo e os impactos desse processo sobre a vida dos trabalhadores. Mostra-se que esse processo levou à adaptação política do MST, que passou da ação direta das ocupações à adaptação à lógica do capitalismo. Para tanto são utilizadas referências pertinentes ao debate tratado.

Palavras-chave: Capitalismo; Campo; MST.

Field workers and capitalism in Brazil

Abstract: Discuss this judgment or the development of capitalism in the countryside and the impacts of this process on the lives of two workers. To show that this process led to the political adaptation of the MST, which went from direct action by occupations to adaptation to the logic of capitalism. For this, references relevant to the debate discussed are used.

Keywords: Capitalism; Field; MST.

SILVA, M. G.

No último pleito eleitoral, um tema que veio à tona foi a mudança no caráter do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No Jornal Nacional, respondendo à pergunta de sua entrevistadora, afirmou o então candidato Lula:

O MST está fazendo uma coisa extraordinária: está cuidando de produzir. Não sei se você sabe, o MST, hoje, tem várias cooperativas e o MST é o maior produtor de arroz orgânico do Brasil. Você tem que visitar uma cooperativa do MST, Renata. Você vai ver que aquele MST de 30 anos atrás não existe mais.^{II}

Nesta breve fala, ao descrever um dos centros da intervenção do MST, Lula aponta para a mudança do caráter do movimento. Essa mudança também foi apontada por um dos principais dirigentes do movimento, João Pedro Stedile, quando afirma:

No início do MST, durante a crise da década de 1980, a meta principal do movimento era terra para trabalhar e criar as famílias. Naquele âmbito a visão era até um pouco ingênua: terra para quem nela trabalha. É um princípio justo, porém insuficiente para resolver os problemas da produção de alimentos. Na medida em que o MST foi evoluindo, fomos adequando nosso programa, fomos incorporando a agroecologia.^{III}

Essa mudança ocorrida no MST significa uma adaptação à lógica capitalista, onde o centro de suas preocupações é a concorrência com os grandes produtores do agronegócio. Essa adaptação está ligada às necessidades materiais da própria base do movimento, na medida em que vão consolidando suas propriedades e os trabalhadores precisam utilizar a terra para obter seu sustento. Nas últimas décadas, observou-se um giro político do MST, que adaptou-se ao processo de concentração fundiária e de presença do capital financeiro no campo, e não mais combatê-lo. Um dos elementos concretos que exemplificam isso foi a entrada de cooperativas ligadas ao MST no mercado de capitais, com o registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de fundo baseado em “Certificados Recebíveis do Agronegócio”, uma espécie de “papéis” de mercado futuro das safras e da produção das cooperativas, com títulos que podem ser negociados na bolsa.^{IV} Este processo não se deu por acaso ou de forma rápida, mas em íntima relação com o processo de desenvolvimento capitalista do campo.

O campo e o desenvolvimento capitalista no Brasil

Durante a ditadura, a política de desenvolvimento agropecuário no Brasil teve como objetivo acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo. Essa política passava, de um lado, por isolar parcialmente o poder dos coronéis latifundiários e, de outro, impedir totalmente o crescimento das lutas dos trabalhadores rurais, que avançavam em suas formas de organização, sobretudo a partir de meados da década de 1950. Na ditadura, isso se deu como parte do processo de modernização voltada aos interesses privados, que esteve marcado, de um lado, pelo crescimento do PIB e, por outro, pelo endividamento estatal e pelo arrocho salarial.^V O processo de transformação no campo no Brasil teve como principal consequência a apropriação direta das terras pelos grandes monopólios latifundiários e a expansão dos seus domínios territoriais, ao mesmo tempo que impulsionou os camponeses a lutar por sua obtenção.

O salto de produtividade na agricultura das nações imperialistas com a chamada revolução verde produziu uma importante mudança nas condições do mercado mundial, ameaçando apropriar-se de uma parte cada vez maior da renda dos latifundiários na América Latina. As mudanças que se apresentaram no mercado mundial levaram a uma profunda transformação da agricultura tradicional, passando paulatinamente para um tipo empresarial. Esse processo está ligado à penetração direta do sistema financeiro e dos capitais transnacionais na agricultura da região, mediante a compra, absorção ou fusão e/ou associação de grandes fazendas ou plantações. Esse processo se aprofundou durante a ditadura:

SILVA, M. G.

Em 1964, os militares criam o Estatuto da Terra com a intenção de fazer uma reforma agrária (o aspecto mais visível da questão agrária) de emergência para acalmar os conflitos no campo, mas que na realidade não altera a estrutura fundiária. Nessa época em que o Brasil passa por um rápido processo de modernização econômica, os militares implantam um modelo econômico de desenvolvimento agropecuário no setor agrícola para acelerar a modernização da agricultura baseada na grande propriedade. Isso é feito, principalmente, pela criação de um sistema de crédito e subsídios, gerando profundas transformações no campo aumento das áreas de monocultura, intensificação da mecanização na agricultura, aumento do número de trabalhadores assalariados.^{VI}

Na América Latina, durante as décadas de 1970 e 1980, se deu uma ampliação da onda de exportação de capitais aos países dominados e de crescente peso econômico do campo na região. Nesse processo ganhou força o *agrobusiness*, entendido como “um sistema - da semente até o consumidor - composto de uma série de atividades estranhamente relacionadas que, juntas, possibilitam a produção agrícola desde a plantação até o mercado”.^{VII} Pode ser encarado como

[...] uma intervenção estrangeira, direta dos grandes monopólios da agricultura, da compra direta de terra, da internacionalização da propriedade da terra em mãos dos grandes monopólios, com forte presença do capital financeiro e da conformação de verdadeiras agroindústrias, não só para a produção de matérias-primas, senão também para a produção de insumos para a agroindústria.^{VIII}

Essas transformações não significaram a liquidação da velha estrutura latifundiária. Em realidade, ela foi reforçada, na medida em que os investimentos de capitais e a aplicação da tecnologia desenvolvida se mostraram mais produtivos em enormes extensões de terra. Além disso, a grande propriedade requer menos desembolso de capital, provocando consequências para o campesinato como a expulsão maciça de suas terras, a pauperização e o desbaratamento dos cultivos de subsistência impostos pelos monopólios agroindustriais. Essa transformação capitalista do campo mostra-se como um processo de desenvolvimento desigual e combinado, que não é novidade no capitalismo. Lênin descreveu um processo com semelhanças na Rússia:

Dada a própria natureza do capitalismo, esse processo de transformação não pode ocorrer de outro modo senão em meio a uma série de desigualdades e desproporções: aos períodos de prosperidade sucedem os de crise, o desenvolvimento de um ramo industrial provoca o declínio de outro o progresso da agricultura afeta aspectos da economia rural que variam segundo as regiões, o desenvolvimento do comércio e da indústria supera o da agricultura etc.^{IX}

Posteriormente, ao analisar o processo revolucionário ocorrido na Rússia, Trotsky também chamou a atenção para o desenvolvimento desigual e combinado.^X Em suas análises, Trotsky fazia alusão “à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas”.^{XI} Pode-se afirmar que “todo desenvolvimento sob o capitalismo não é mais que um processo híbrido e estéril, portanto, que não pode desenvolver nenhuma de suas tendências até o final”.^{XII} Nesse sentido, Trotsky afirmava categoricamente: “A dialética histórica não reconhece nem o atraso simples nem o progresso quimicamente puro. Trata-se de uma questão das relações concretas”.^{XIII}

No processo ocorrido no Brasil, em determinadas regiões do Centro-Sul e do Sudeste, a industrialização do campo foi significativamente maior do que no restante do país. No Sudeste o latifúndio tradicional foi substituído pela grande empresa rural capitalista, moderna, que opera com níveis de produção elevados e com estreita relação com os grandes e complexos setores agroindustriais. Com isso, operou-se uma brutal concentração fundiária, como no interior do estado de São Paulo. Simultaneamente, no Nordeste continua existindo o latifúndio, que explora uma população rural que vive em condições miseráveis e desprovidas de direitos sociais. Uma das consequências do aumento da concentração de terras foi um êxodo rural sem precedentes em nossa

SILVA, M. G.

história. Entre as décadas de 1960 e 1980, cerca de 30 milhões de pessoas deixaram o campo. Na década de 1980,

[...] do ponto de vista do padrão técnico produtivo, a grande fazenda foi plenamente integrada às indústrias que forneciam insumos, máquinas e equipamentos, como também, do ponto de vista comercial, estava amarrada aos agentes econômicos que processavam os produtos gerados ou que realizavam a comercialização. Tudo isso integrado por uma rede bancária que ofertava o crédito rural e por um sistema público e privado de assistência técnica, além de um sistema público de pesquisa tecnológica nas ciências agrárias. Em outros termos, a agricultura, a partir da década de 1980, tornou-se um ramo de aplicação de capitais como qualquer outro, obtendo uma taxa de lucro próxima dos demais setores industriais.^{XIV}

Esses elementos mostram o processo de concentração de renda e a conivência da ação estatal em favor da propriedade privada. Pode-se afirmar, nesse sentido, que

[...] o fenômeno da concentração de terra no Brasil contemporâneo mostra-nos muito bem que apenas um pequeno número de capitalistas agrários, velhos oligarcas, banqueiros e multinacionais exercem o domínio da quase totalidade das terras agricultáveis, mantendo subordinados alguns milhões de trabalhadores rurais que vivem na extrema pobreza.^{XV}

Esse é o processo que levou à construção do MST, fundado em 1984, como resposta aos impactos do processo de transformação capitalista no campo. O movimento se constituiu como um dos mais importantes do continente, não apenas organizando e mobilizando trabalhadores rurais. O MST também construiu articulações com sindicatos e outros movimentos sociais e, ao longo dos anos,

[...] se impôs à percepção como um movimento social vinculado a ações de impacto, grandes manifestações, marchas e ocupações não somente de propriedades, mas também de espaços e prédios públicos. Pressão, mobilização e luta são, portanto, elementos constituidores de sua identidade.^{XVI}

O centro do programa do MST passou pela reivindicação da terra por meio da luta pela reforma agrária, entendida como “um conjunto de medidas a serem tomadas pelo governo para alterar a estrutura fundiária do país, e garantir terra a todos os agricultores que quiserem trabalhar”.^{XVII} Essa luta reivindicativa tem como contradição, por um lado, ter um caráter reivindicativo para suprir necessidades imediatas dos trabalhadores, mas, por outro, de questionar a forma de propriedade do campo sustentada pelos interesses do capital financeiro. Portanto, a despeito do método de luta ser o das ocupações, o centro estratégico sempre esteve no desenvolvimento econômico por dentro das instituições. Percebe-se uma perspectiva de construção e de um desenvolvimento econômico sem ruptura com o capitalismo. Contudo, até mesmo essa perspectiva viu suas transformações, com a dinâmica assumida pelas relações econômicas do campo, que levou à adaptação do MST.

O MST e a adaptação ao agronegócio

Em meados da década de 1990, o MST passou a buscar a viabilidade econômica dos numerosos assentamentos conquistados nas suas lutas. No horizonte entraram os esforços para a conquista de parcelas de orçamentos e financiamentos públicos específicos. Nesse sentido, foi criado pelo governo FHC o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), dissociado das atribuições do Ministério da Agricultura, em 1999. Cabia ao novo órgão atuar sobre as questões envolvendo reforma agrária e agricultura familiar, bem como abrir um meio negocial entre governo e movimento.

SILVA, M. G.

Na segunda metade da década de 1990, o MST começa a girar grande força para o questionamento não apenas da distribuição fundiária, mas também para o modelo de produção agrícola e pecuária que se associa à concentração da propriedade da terra, voltado para suprir demandas do mercado internacional de *commodities*. O MST se contrapõe ao paradigma agroexportador defendendo a produção de alimentos pela agricultura familiar, de forma agroecológica, em crítica às ideias e à prática trazidas pela “Revolução Verde”, com uso de agrotóxicos, sementes híbridas e transgênicas e monoculturas. Essa forma de produção permite uma grande lucratividade às empresas químicas de agrotóxicos e adubos, de sementes patenteadas, de maquinários agrícolas e de alimentos industrializados e que, no geral, são empresas ligadas a oligopólios de corporações transnacionais. Em do documento elabora em 1995, afirmava o MST: “O desenvolveu da agricultura brasileira está, também, vinculado aos interesses do capital internacional, seja pela presença de grupos econômicos multinacionais, seja pela integração da produção de acordo com a divisão internacional do mercado”.^{XVIII}

Durante o governo FHC houve a intensificação dos conflitos, com aumento nas ocupações de terra e do crescimento do MST. Durante os governos Lula e Dilma, em que pese à queda na efetivação de novos assentamentos de reforma agrária, observa-se políticas voltadas ao agronegócio, como admitida na entrevista ao Jornal Nacional por Lula. Nos governos petistas observa-se a prioridade ao financiamento e políticas públicas benévolas ao agronegócio exportador e a regularização dos transgênicos no país por normatizações esdrúxulas. O enfrentamento organizado ao latifúndio torna-se um elemento quase retórico no programa da organização do MST, esvaindo-se como principal objeto da organização do movimento.

Nos governos de Lula e Dilma o processo de concentração de terras no Brasil avançou, com a ajuda inclusive do Código Florestal, que viabilizou e regularizou o avanço das fronteiras agrícolas sobre áreas de cerrado e floresta, além de criar situações de desobrigação de reposição florestal e amenização de compensações pelo aceite de situação considerada como consumada de supressões de flora e, conseqüentemente, de fauna nativa. Pode-se afirmar que

[...] a vedeta econômica do governo Lula foi o agronegócio. A estratégia econômica do governo se situou a serviço da agroindústria, dos exportadores de matérias-primas e de gêneros agrícolas. O *agrobusiness* cresceu até transformar o país no rei da exportação de determinados rubros, para manter o superávit comercial gerador de divisas que mantivessem o país dentro da ciranda financeira mundial.^{XIX}

Os trabalhadores rurais passam a apostar no crescimento da formalização institucional com a criação de pessoas jurídicas que viabilizem as negociações comerciais e de compras governamentais, como as cooperativas e associações de assentados. Essas ações mostram a opção pela lógica da “economia solidária”, adaptada aos nichos de mercado, inseridos na lógica capitalista e sem ameaçá-la. Observa-se, nesse sentido:

Quando da vitória eleitoral de Lula, em 2002, os acampamentos cresceram em número de participantes, chegando a mais de 280 mil famílias acampadas. No final de 2003 e início de 2004, a morosidade da reforma agrária esvaziou os acampamentos, caindo para 130 mil famílias. Já nos assentamentos, o avanço do agronegócio estimulou a venda de terras e a prática de arrendamento proliferou, sobretudo para o cultivo de soja transgênica. As famílias nos assentamentos passaram a ter outros interlocutores que não mais o MST e suas cooperativas.^{XX}

Essa mudança nas perspectivas dos trabalhadores rurais expressa uma contradição entre as necessidades materiais e as perspectivas estratégicas. Os trabalhadores necessitam garantir sua reprodução social, diante das condições vividas pelos trabalhadores nos assentamentos e acampamentos. Observa-se um processo em que há a redução do apoio estatal, aprofunda-se a adaptação do movimento à lógica do comércio capitalista e até mesmo do capital financeiro. Observa-se que, nesse processo, que “o MST enfrentou uma profunda crise organizativa”, tendo,

SILVA, M. G.

“por um lado, o avanço e a consolidação do agronegócio no campo e, por outro, a expansão dos empregos, sobretudo urbanos (especialmente nos setores de serviços e da construção civil)”, além da “ausência de obtenção de terras e assentamentos das famílias acampadas”.^{XXI}

Nas últimas décadas, a transformação capitalista da agricultura priorizou os aspectos econômicos e tecnológicos, o que obviamente também afetou os assentamentos. Nesse processo, para além da necessidade de sobrevivência, os trabalhadores rurais precisam produzir para pagar os empréstimos feitos junto ao Estado e aos bancos.

O debate estratégico

Esse processo de adaptação à lógica capitalista não se trata exatamente de algo estranho e inexplicável, encontrando sua explicação no próprio caráter estratégico presente na fundação do movimento. O MST, ao empunhar a bandeira da reforma agrária, reivindica distribuição de terra sob o controle dos trabalhadores sem-terra. Essa perspectiva mostra os limites da luta contra o sistema, na medida em que se atenua o enfrentamento físico com o Estado e prioriza-se o financiamento estatal. Diante da institucionalização dos assentamentos, ao contrário de um confronto, busca-se lutar por políticas estatais que contribuam para a viabilidade econômica dentro de uma formação social capitalista. Em documento recente, afirma o MST:

O governo Lula terá o desafio fundamental de enfrentar em caráter emergente as necessidades fundamentais do povo, como o combate à fome, ao desemprego, e investimentos pesados em educação e saúde. E no médio prazo debater com toda sociedade um novo projeto de país, fundado na reindustrialização e na agricultura produtora de alimentos saudáveis, única forma de retomarmos o crescimento econômico com justiça social. E no médio prazo debater com toda sociedade um novo projeto de país, fundado na reindustrialização e na agricultura produtora de alimentos saudáveis, única forma de retomarmos o crescimento econômico com justiça social.^{XXII}

Embora tivesse um caráter de mobilização dos camponeses pobres diante da constituição do monopólio do capital financeiro no campo, a luta pela reforma agrária mostra-se limitada hoje, diante não apenas das transformações econômicas, mas mesmo da mudança do caráter dos trabalhadores rurais. As transformações ocorridas no campo colocam a necessidade de repensar o processo de luta e organização dos trabalhadores, no sentido de apontar para a luta estratégica de superação da sociedade capitalista. Percebe-se aí um MST ainda preso na perspectiva de busca do apoio estatal e de um projeto de nação em torno de um desenvolvimento capitalista.

Notas:

^I Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC).

^{II} MARETTI, Eduardo. Lula lembra no ‘JN’ que MST é o maior produtor de arroz orgânico do Brasil. Rede Brasil Atual, 26/08/2022. <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/lula-jn-mst-maior-produtor-arroz-organico-brasil/>>.

^{III} SPERB, Paula. Como o MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. BBC News, 07/05/2017. <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>>.

^{IV} OLIVEIRA, Regiane. Os sem-terra fincam bandeira no mercado de capitais. El País, 16/07/2021. <<https://brasil.elpais.com/economia/2021-07-16/os-sem-terra-fincam-bandeira-no-mercado-de-capitais.html>>.

^V O debate acerca do desenvolvimento econômica da ditadura e o impacto sobre os trabalhadores pode ser lido em Silva (2011, 2012).

^{VI} LOUREIRO, Isabel. Agronegócio, resistência e pragmatismo: as transformações do MST. In: As contradições do lulismo. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 124.

- ^{VII} BAUER, Carlos. Educação, terra e liberdade: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p.66.
- ^{VIII} BAUER, Carlos. Educação, terra e liberdade: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p.66.
- ^{IX} LENIN, Vladimir. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 373.
- ^X O conceito de desenvolvimento desigual e combinado foi discutido em Silva (2005, 2020).
- ^{XI} TROTSKY, Leon. História da revolução russa. São Paulo: Sundermann, 2007, p. 21.
- ^{XII} BAUER, Carlos. Educação, terra e liberdade: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 70.
- ^{XIII} TROTSKY, Leon. História da revolução russa. São Paulo: Sundermann, 2007, p. 1122.
- ^{XIV} MARTINS, Adalberto Floriano Greco. A questão agrária no Brasil: da Colônia ao governo Bolsonaro. São Paulo: Expressão Popular, 2022, p. 223.
- ^{XV} BAUER, Carlos. Educação, terra e liberdade: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 91.
- ^{XVI} GRZYNSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). O Brasil Republicano: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 4, p. 318.
- ^{XVII} STEDILE, João Paulo; SÉRGIO, Frei. A luta pela terra no Brasil. In: LÖVY, Michael (org.). O marxismo na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2016, p. 560.
- ^{XVIII} MST. Capitalismo e classes sociais no campo. In: LÖVY, Michael (org.). O marxismo na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2016, p. 566.
- ^{XIX} COGGIOLA, Osvaldo. De FHC a Bolsonaro: elementos para uma história-econômico política do Brasil (1979-2019). São Paulo: LiberArs, 2019, p. 98.
- ^{XX} MARTINS, Adalberto Floriano Greco. A questão agrária no Brasil: da Colônia ao governo Bolsonaro. São Paulo: Expressão Popular, 2022, p. 290.
- ^{XXI} MARTINS, Adalberto Floriano Greco. A questão agrária no Brasil: da Colônia ao governo Bolsonaro. São Paulo: Expressão Popular, 2022, p. 289.
- ^{XXII} MST. As visões do MST sobre a nova conjuntura brasileira. Outras Palavras, 29/11/2022. <<https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/as-visoes-do-mst-sobre-a-nova-conjuntura-brasileira>>

Referências bibliográficas

- BAUER, Carlos. **Educação, terra e liberdade**: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- COGGIOLA, Osvaldo. **De FHC a Bolsonaro**: elementos para uma história-econômico política do Brasil (1979-2019). São Paulo: LiberArs, 2019.
- GRZYNSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 4, p. 315-348.
- LENIN, Vladimir. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- LOUREIRO, Isabel. Agronegócio, resistência e pragmatismo: as transformações do MST. In: **As contradições do lulismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MARETTI, Eduardo. Lula lembra no 'JN' que MST é o maior produtor de arroz orgânico do Brasil. **Rede Brasil Atual**, 26/08/2022. <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/lula-jn-mst-maior-produtor-arroz-organico-brasil/>>.
- MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A questão agrária no Brasil**: da Colônia ao governo Bolsonaro. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

SILVA, M. G.

MST. As visões do MST sobre a nova conjuntura brasileira. **Outras Palavras**, 29/11/2022. <<https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/as-visoes-do-mst-sobre-a-nova-conjuntura-brasileira>>

MST. Capitalismo e classes sociais no campo. In: LÖVY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

OLIVEIRA, Regiane. Os sem-terra fincam bandeira no mercado de capitais. **El País**, 16/07/2021. <<https://brasil.elpais.com/economia/2021-07-16/os-sem-terra-fincam-bandeira-no-mercado-de-capitais.html>>.

STEDILE, João Paulo; SÉRGIO, Frei. A luta pela terra no Brasil. In: LÖVY, Michael (org.). **O marxismo na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

SILVA, Michel Goulart da. **Crescer com o Brasil**: planejamento, modernização e utopia de desenvolvimento em Santa Catarina (1970-1975) (Dissertação de Mestrado em História). Florianópolis: UDESC, 2012.

SILVA, Michel Goulart da. “Cultura política e discursos de modernização em Santa Catarina (1970-75)”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

SILVA, M. G. “A permanência de Trotsky”. **Urutágua**, n. 8, 2005.

SILVA, M. G. “A revolução permanente: Trotsky e a luta anti-imperialista no século XXI”. **Pacha**, n. 2, 2020.

SPERB, Paula. Como o MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico da América Latina. **BBC News**, 07/05/2017. <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>>.

TROTSKY, Leon. **História da revolução russa**. São Paulo: Sundermann, 2007.